

# Mineração espera novas definições

ROBERTO PENTEADO  
Da Editoria de Economia

O setor mineral passou o ano "olhando na janela e observando os acontecimentos" e espera a promulgação da Constituição para que os investimentos possam tomar suas decisões quanto a novos investimentos.

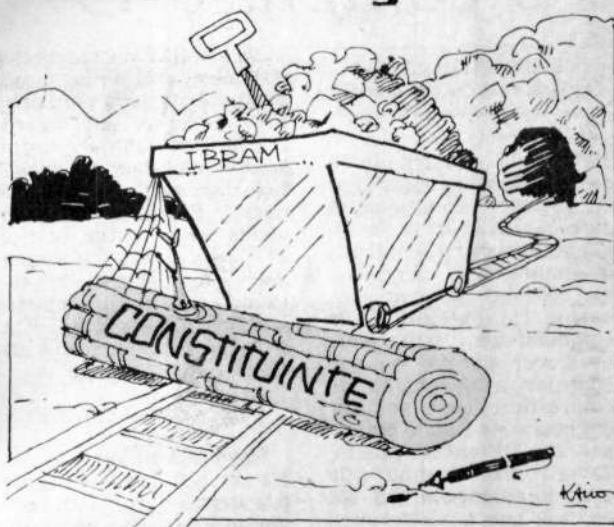
A afirmação é do presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), João Sérgio Marinho Nunes, que sinaliza a paralisação quase completa dos investimentos em mineração. Afirma contudo que, justamente por ser uma atividade de longos prazos de retorno, a maturação de alguns projetos neste ano contribuiu para a expansão de 10,7%, em valor, da produção mineral brasileira calculada em US\$ 8,1 bilhões em 87.

Entre outros, podem ser citadas a Mineração São Bento e a Rio Paracatu Mineração, em Minas Gerais, que deverão produzir juntas 5,5 toneladas de ouro em 1988; e a mina de potássio da Petromisa, em Sergipe, que iniciou o processo de substituição deste fertilizante e tornou o Brasil o primeiro produtor deste mineral no Hemisfério Sul. Outro produto importado, o enxofre, está sendo substituído através do aumento da produção de ácido sulfúrico como subproduto no tratamento de ouro pela Mineração Morro Velho. A Mineração Morro Agudo deverá iniciar em Paracatu a produção de chumbo e zinco e a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) aumentará a sua produção de minério de ferro com a expansão da mina de Mutuca (MG).

A fase da pesquisa mineral é a de maior risco da mineração e está intimamente correlacionada à descoberta de novas jazidas e à entrada em operação de novas minas. Em média, de cada mil autorizações de pesquisa são detectadas 18 minas e destas apenas sete apresentam viabilidade econômica. A cada dez mil minas descobertas uma é de grande porte.

Segundo o geólogo Manoel da Redenção, coordenador de Prospecção Mineral do DNPM, os investimentos nacionais em pesquisa mineral são "inexpressivos", pois enquanto o Canadá gasta US\$ 1 bilhão por ano, em 1985, aplicouse US\$ 100 milhões e, neste ano, cerca de US\$ 43 milhões. O capital estrangeiro detém 25,7% das áreas pesquisadas, ficando 54,9% com o capital privado nacional e 19,4% com as estatais. No entanto, os maiores orçamentos de pesquisa são exatamente os das empresas multinacionais.

A falta de um clima propício aos investimentos em mineração não diz respeito apenas à Constituinte. Os mineradores precisam enfrentar ainda o inadequado controle de preços exercido pelo Governo e as ameaças constantes de invasões de áreas por garimpeiros. A violência das invasões chegou ao máximo neste ano, com quatro mortes de geólogos e pessoal técnico especializado, no



Mato Grosso e no Pará. A maior mineradora nacional, a Paranapanema, liquidou suas operações no município de Alta Floresta, no Mato Grosso e seu presidente Otávio Lacombe, declarou que devido à crescente insegurança, as operações da empresa seriam concentradas no Amazonas, onde o Governo estadual garante a lei e a ordem.

## PRODUÇÃO EM 87

A grande estrela da produção mineral brasileira em 1987, além do petróleo e do minério de ferro, foi o ouro. Depois de quedas sucessivas desde 1983, a produção "oficial" do metal amarelo voltou a crescer a partir de abril, em consequência de uma série de medidas na área tributária, reduzindo a carga incidente sobre compradores e vendedores e regulamentando o comércio interno do produto.

Embora aponte que, nos últimos dez anos, a atividade garimpeira representou para o País um prejuízo equivalente a US\$ 22,6 bilhões, pela dilapidação de reservas auríferas capazes de produzir 1.569 toneladas de ouro, o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) prevê, já para este ano, uma redução no comércio paralelo, com um aumento do ouro registrado nos garimpos, ampliando em 45,1% a produção nacional, que passaria de 24 para 35 toneladas.

Para 1988, a previsão do DNPM é de uma produção "oficial" de 70 toneladas, com um crescimento de 100% sobre 1987. A produção industrial deve passar de 13,5 toneladas em 1987 para cerca de 25 toneladas em 1988, enquanto os garimpos deverão registrar cerca de 45 toneladas de ouro.

A produção nacional de petróleo registrou a mais baixa taxa de crescimento dos últimos cinco anos, cerca de 2,4%, mas é prevista uma recuperação em 1988. A produção de minério de ferro, concentrada em seis empresas de mineração, será de 136 milhões de toneladas, com um aumento de 5,4% sobre 1986. Para 1988, espera-se um novo aumento, para 145 milhões de toneladas.

Dois fatores influenciaram o crescimento de 8,9% em 1987 da produção de fertilizantes fosfatados: a expansão da produção agrícola e o avanço tecnológico

conseguido no processo de produção, recuperação e beneficiamento dos minérios nacionais, elevando a produtividade das plantas existentes.

Por outro lado, a evolução desfavorável dos mercados nacional e internacional, explicam as reduções verificadas na produção de carvão mineral (14,9%), tungstênio (8,6%) e pirocloro (minério de nióbio). A maior queda, de 19,2%, foi na produção de nióbio.

A previsão para 1988 é de uma redução em valor da produção mineral, resultante da queda de preços do petróleo e dos metais não-ferrosos no mercado internacional.

Tudo isso no entanto não foi conhecido na Constituinte e a estatização do subsolo, a concessão por tempo determinado, as restrições ao capital estrangeiro, os problemas relativos às terras ocupadas pelos índios, a eliminação do Imposto Único sobre os Minerais (IUM) e adoção dos ICM e IPI, a participação dos Estados e municípios nos tributos, a criação de impostos municipais, e de um imposto de renda adicional cobrado pelos Estados deverão criar, segundo o presidente do IBRAM, aumento imediato de 30% da carga tributária, dificuldades maiores e falta de estímulos à produção mineral.

O resultado seria o aumento do custo social dos produtos da indústria mineral, em particular, na construção civil (habitação e casas populares), transportes (culos e componentes), produtos agrícolas (insumos, defensivos e equipamentos), educação (escolas e equipamentos), saúde (medicamentos, equipamentos e embalagens), comunicações (redes de transmissão, cabos e equipamentos e energia).

A médio prazo, o IBRAM aponta o conseqüente estímulo à mineração clandestina, a evasão de tributos, aumento dos preços das matérias-primas, maior pressão inflacionária, evasão da mão-de-obra técnica e especializada, retrocesso tecnológico, diminuição da pesquisa mineral, desemprego direto e indireto, diminuição da produção industrial pela escassez de matérias-primas minerais, diminuição do consumo e aumento da dependência externa, como resultado de maiores importações.